

(Texto sem revisão.)



PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde.

Vereador Gilson Padeiro (Requerimento) (PSDB): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Gilson Padeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações. (Passa.)
A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra em Comunicações. (Pausa.)
Eu quero solicitar aos vereadores, nós temos os projetos do governo relacionadas à enchente, Ver.^a Cláudia Araújo, e eles foram mandados para as comissões. Falta os vereadores assinarem para a gente poder dar continuidade.
Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.
Chamo os líderes aqui à Mesa. (Pausa) Por acordo de líderes, está encerrada a Sessão Ordinária.

(Encerra-se a sessão às 14h32min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *

005ª Sessão Extraordinária

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Passamos à

PAUTA

Não há vereadores inscritos para discutir a Pauta. Está encerrada a Pauta e encerrada a presente sessão extraordinária.

(Encerra-se a sessão às 14h35min.)

006ª Sessão Extraordinária

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Passamos à

PAUTA

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, gostaria de fazer um pedido para que todos os projetos que estão em Pauta fossem distribuídos de forma impressa para os vereadores. Temos 11 projetos que vamos passar a discutir agora em Pauta; depois, tem as reuniões conjuntas. Acho que é importante que o pessoal saiba sobre cada projeto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vamos pedir para a Diretoria Legislativa. Todos os SEIs foram distribuídos numa tabela para os vereadores; todos os 11 projetos estão no sistema. Para aqueles vereadores que tiverem alguma dificuldade em acessar o sistema, nós vamos providenciar e tentar imprimir algumas cópias aqui.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vereadoras, vereadores, Presidente Mauro Pinheiro, quero ser muito breve, como anunciei. Há momentos no mundo... Eu me lembro de 1985, de uma tragédia gigantesca na África, e foi feito – viu, João Bosco, que gosta das grandes festas e é bom nisso – uma grande festa do We Are The World, \$ 6 bilhões. Não chegou um grão de arroz nas tribos africanas. E assim, por todo o planeta, ocorrem episódios como esse. O Rio Grande do Sul hoje, e Porto Alegre, particularmente, é centro de doações que vêm pelos mais diversos motivos: pessoas que se comovem, de fato, com a nossa situação, pessoas que querem expiar sua culpa, pessoas que querem, enfim, ir para o céu. Eu não sei, mas estão colaborando, e eu só tenho a agradecer; todos os dias agradecendo. Mas eu quero chamar a atenção, e aqui vou concluir, que nós temos que fiscalizar. Fiscalizar! Tem muitos locais por onde entra dinheiro, tem muita coisa chegando. Ontem, a televisão estava dando casos de gente recebendo águas de doação e vendendo de caminhão. Tem que fiscalizar! O nosso papel na Câmara Municipal é fiscalizar, e o do Executivo também. Nós temos que fiscalizar, e tem que haver uma prestação de contas; vamos votar agora projetos quase de olhos fechados, na confiança. Quero dizer que essa nossa confiança está sendo dada, mas ela tem um limite, ela tem um limite. O limite é quando algo não ocorrer corretamente. Esse é o limite, porque agora o Presidente Mauro Pinheiro e todos nós, 36 vereadores, estamos empenhados em agilizar tudo, e que tudo seja da melhor forma possível para o Rio Grande e para a nossa capital Porto Alegre. Agora, Ver. Roberto Robaina, que eu sei que pensa como eu, estamos confiando de olhos fechados, mas, se houver algum motivo para mudarmos o posicionamento, nós o faremos. Então,

que o Executivo fiscalize. Vamos apoiar, mas que fiscalize, que não erre, porque a tragédia do nosso povo não é para ninguém ter algum tipo de vantagem, não é para ninguém lucrar, não é para ninguém ganhar. Nós temos é que superá-la, e o nosso compromisso com o povo talvez nunca tenha sido mais testado do que agora. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, hoje começaremos a discutir e avaliar projetos que chegam do Executivo a esta Casa. Projetos que ampliam o bônus-moradia, que criam um subsídio para a habitação, que dão uma carência inicial de 60 dias para o pagamento de tributos, que pregam uma recuperação fiscal e que também dão operação de crédito para as pessoas. Também há um projeto que mexe em fundos. O fundo que mais me chamou a atenção, que tem recursos que serão realocados para esses programas do governo, é o Fundo Pró-Ambiente. Nós estamos passando por um problema ambiental grave e, então, temos recursos no Fundo Pró-Ambiente que serão disponibilizados para ajudar as pessoas neste momento muito difícil. Duas questões me chamam a atenção: eu pensei que viria junto com esses 11 projetos do governo um projeto para desafetar áreas para a construção de moradias. Eu fui com um casal de amigos meus ajudá-los a limpar a casa deles. Foi algo muito triste, desolador. O casal recém tinha arrumado seu apartamento, um apartamento que eles conseguiram comprar com muita dificuldade, que fizeram a reforma com muita dificuldade. Um prédio antigo. O chão tinha parquê, a água chegou à altura da geladeira. Todo patrimônio dessa família foi jogado na calçada, no bota-fora. E terá que tirar o parquê, terá que raspar as paredes. E não chegou nenhum projeto de extrema relevância desafetando áreas do Município de Porto Alegre para dar uma dignidade para essas pessoas que não vão arrumar suas casas em 15, 30, 40, 60 ou 90 dias. É necessário que essas pessoas tenham um pouco de dignidade, é necessário que a gente acolha essas pessoas. E pasmem, nós temos, pertencente ao Município, uma área imensa no Porto Seco, alto, plano e livre de enchentes. Foi uma das poucas regiões no Norte que não ficou alagada. E a Prefeitura não começou nada ainda lá porque há um imbróglio com as associações de carnaval, com as escolas de samba. Quem é que está pensando em carnaval neste momento? Quem é que está pensando em atividades que vão ocorrer no ano que vem? Uma cidade que tem avenidas imensas. O carnaval pode voltar a desfilar no Centro, não precisa ser lá no Porto Seco, é uma área pública e lá deve receber as pessoas.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (PDT): O senhor se inscreva e fale, Ver. João Bosco. Carnaval pode vir para a perimetral, carnaval pode vir para a Av. Edvaldo

Pereira Paiva, mas nós precisamos daquela área para acomodar as pessoas e dar estrutura para as pessoas. Estrutura com moradia, posto de saúde, estrutura para essas pessoas que perderam tudo. É imprescindível isso. E outra coisa que eu não vejo nos planos do governo, não há nenhum projeto para ajudar. Que não vão ser só os dois impostos que vão ajudar os pequenos comerciantes da cidade de Porto Alegre. Qual é o projeto que tem para ajudar os lojistas da Voluntários da Pátria, Otávio Rocha, Dr. Flores, Vigário José Inácio, Marechal Floriano Peixoto, Uruguai? Qual é o projeto que tem para ajudar os lojistas do Farrapos, do Humaitá, do Anchieta, do 4º Distrito todo? Qual é o projeto que tem para ajudar os pequenos comerciantes lá no Sarandi? Qual é o projeto? Não chegou nenhum nesta Casa. Pessoas que realmente perderam tudo, que têm que pagar as suas dívidas, têm que remontar os seus negócios, refazer o seu estoque e começar a vender. Além disso, as contas não pararam, porque no final do mês agora tem que pagar o salário dos funcionários. Eu faço um apelo aqui à bancada de oposição nesta Casa vinculada ao governo federal: nós já entregamos há duas semanas, e reiteramos na semana passada, um projeto para o ministro do trabalho, entregamos em São Leopoldo para o Presidente Lula, que garante o pagamento do salário dessas pessoas. Isso é pior que o Covid. No Covid, as empresas não podiam abrir, mas podiam vender. No Covid, as empresas não podiam abrir, mas podiam entregar as suas mercadorias, os bares, restaurantes e os mercadinhos. A lojinha, aquela que vende frango da televisão, podia entregar, e agora nem isso pode. Então é necessário, líder do PT, é necessário que o governo federal dê esse auxílio não somente aos trabalhadores, mas dê esse auxílio para as empresas. Nós vamos nos reerguer, vamos nos reerguer mais fortes, vamos nos reerguer mais firmes. Agora, para nós nos reerguermos, nós precisamos das indústrias, nós precisamos do comércio, nós precisamos do serviço atuando, gerando empregos na cidade de Porto Alegre. Senão, a última onda dessa crise vai ser a crise do desespero e a crise do desemprego. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadores, vereadoras, público que assiste à sessão da TVCâmara, nós, como todos sabem, estamos numa situação muito difícil. Nós ainda temos regiões da cidade embaixo d'água. A região do Humaitá, Vila Farrapos, Sarandi. A região das ilhas, que estão abandonadas. Então, há uma situação desesperadora de uma parte do nosso povo e infelizmente uma insensibilidade impressionante da Prefeitura Municipal. E eu falo na condição de quem exige, sim, providências do governo federal, do governo estadual e do governo municipal. Mas, na condição de vereador, nós devemos discutir o que a Prefeitura tem feito. Infelizmente, nessas regiões é o abandono. Eu estive, nesse final de semana, na região da Vila Farrapos entregando água e alimentação para as pessoas. Aí, o vice-prefeito da cidade, o vice-prefeito Ricardo Gomes, que parece que não tem o

que fazer, foi para a rede social criticar. Isso é inacreditável, esse vice-prefeito que não faz nada, que não faz nada pelo povo, vai para a rede social criticar um vereador que está lá trabalhando para garantir alimentação e água potável para as famílias que estão ilhadas. Ilhados, porque nós vamos completar um mês. E aí vai lá o... A decisão do governo de colocar o bombeamento para drenar água na região do Sarandi é na parte que tem o menor número de pessoas. É na região da Havan, da Coca-Cola, ali que estão drenando, Ver. Pedro Ruas, ali que estão secando. Na região que mais se necessita, não! Então, é uma vergonha, é um desrespeito, é uma falta de sensibilidade inacreditável. Eu vejo que isso é muito preocupante, obviamente, porque é o governo que nós temos. E é o governo que nós temos que tem essa responsabilidade executiva. Isso é gravíssimo. Nós vamos fazer os nossos apelos. O governo veio com uma série de projetos, os projetos são projetos insuficientes, mas é importante que existam esses projetos. O projeto de auxílio da Estadia Solidária vai de R\$ 700, como é hoje, para R\$ 1 mil. Eu acho que é muito importante que a Câmara de Vereadores discuta com o governo, melhore esse projeto e vote um projeto melhorado que tenha um valor mais importante. Nós temos, na ajuda humanitária, o mesmo valor que foi votado pela Câmara numa sessão rapidíssima, quando nós tivemos a crise envolvendo a enchente, que atingiu a região das ilhas, e o valor era de R\$ 3 mil. O governo mantém esse valor. O problema é que o prejuízo agora foi imensamente maior. Então é lógico que tem que também melhorar esse valor, não é possível que seja simplesmente R\$ 3 mil. Então, são mudanças básicas que a Câmara de Vereadores, evidentemente, tem que se debruçar para que os projetos que sejam votados aqui sejam projetos que melhorem um pouco mais as propostas do governo, porque as propostas são insuficientes. Embora, evidentemente, que nós vamos apoiar qualquer medida que seja uma medida que minore um pouco, que reduza um pouco, esse enorme sofrimento. Eu quero deixar claro que, numa situação como essa, eu vi que o governo tem discutido o problema do DMAE, e nós todos temos um debate sobre as responsabilidades que envolvem as denúncias que foram feitas acerca da falta de prevenção, de defesa, do sistema da cidade, tanto a questão das casas de bombas quanto os portões, a falta de manutenção. Eu vi que o prefeito Melo, inclusive, orientou uma investigação interna do DMAE, mas eu quero, mais uma vez, colocar para esta Câmara de Vereadores. Eu tenho feito desde dezembro, desde dezembro do ano passado, vai fazer seis meses, uma denúncia gravíssima, e infelizmente a maioria da Câmara de Vereadores ainda não acordou para esse problema. Talvez, não sei, é uma omissão que eu considero grave, eu tenho apontado que o DMAE tem sido, sim, não só uma autarquia cuja direção tem sido incompetente, que não respondeu aos alertas de engenheiros e técnicos avisando que havia problema no sistema de defesa da cidade, que havia necessidade de manutenção, mas também esquemas de corrupção na direção da autarquia. E eu acho que é muito importante - o Ministério Público já está investigando esse assunto - que Câmara de Vereadores também fique alerta a esse tipo de problema que eu já levantei em dezembro do ano passado.

Eu concluo dizendo que nós vamos, sim, insistir que todas as políticas públicas sejam cumpridas rapidamente, me refiro especificamente ao auxílio dos R\$ 5,1 mil que o Presidente Lula disse que será garantido. Tem que ser garantido rápido já, e nós temos que discutir na Câmara de Vereadores o que deve ser feito para que esse valor seja pago imediatamente, assim como todos os temas envolvendo a questão da moradia.

Eu já apresentei um projeto sobre o estabelecimento das moradias provisórias, para que nós possamos utilizar a rede hoteleira da cidade de Porto Alegre para garantir o alojamento, a moradia provisória das pessoas com mais de 65 anos e crianças de até seis anos. Eu considero que isso são medidas básicas de proteção dos mais velhos e das crianças. A rede hoteleira pode albergar essas pessoas, e eu creio que a Câmara de Vereadores tem que debater esse assunto, porque, evidentemente, há um impasse em relação ao tema das moradias provisórias porque, por mais que existam órgãos, prédios públicos ou até prédios privados que possam ser utilizados para a moradia, eles não estão prontos imediatamente para serem habitados. Então nós precisamos de uma política de transição e a rede hoteleira é parte da possibilidade de se desenvolver uma política pública que garanta o mínimo de dignidade para as pessoas, para que nós, de fato, possamos, depois, ter garantida a promessa, o compromisso que o Presidente Lula fez de que todos aqueles que perderam as suas casas terão uma nova casa para poder morar. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): a Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Mauro, vereadores, vereadoras; retomamos nosso trabalho aqui de forma presencial e recebemos vários projetos apresentados pelo Executivo. Cabe a nós analisarmos e votarmos, mas é preciso fazer alguns registros. Antes das chuvas alagarem Porto Alegre, nossa cidade já vinha sofrendo vários escândalos e tragédias. Falo aqui do escândalo da educação, que teve a secretária presa, empresários presos, e nós vamos agora para o quarto nome de secretário, aliás, esse que assumiu aqui, que tratou de desarticular e precarizar toda a Carris. Vamos para o quarto. Nós fizemos aquela CPI, temos agora a CPI do DMAE, proposta nesta Casa ainda não aceita. Temos a proposta de CPI para investigar a Secretaria de Desenvolvimento Social, a partir da tragédia da Pousada Garoa.

Desde que as águas inundaram a nossa cidade, só o que presenciamos foi improvisação, arrogância, se negou a buscar ajuda da inteligência de técnicos que já vinham denunciando a falta de manutenção e o abandono completo de todo o sistema de proteção contra as cheias. Foi erro atrás de erro. A Prefeitura de Porto Alegre não investiu R\$ 0,01 de manutenção do sistema que poderia prevenir ou mitigar os estragos das fortes chuvas que já estavam previstas e evitar uma catástrofe maior como ocorreu. Optou em manter o DMAE superavitário, mais de R\$ 400 milhões depositados, superávit no DMAE. E quem sofre com isso é a população mais pobre. O prefeito ainda tenta se eximir da

responsabilidade dizendo: “Ah, mas eu sou o 13º prefeito desde que o sistema foi criado”. Jura? É muito cinismo! E ele agora manda vários projetos para esta Casa a serem apreciados. E nós vamos discuti-los e votá-los, mas é preciso registrar, basta de improvisação, basta de tratar esta Casa... Como diz o Ver. Conceição, “isso aqui não é um puxadinho”, não pode ser tratado dessa forma o papel que os parlamentares têm como dever, como direito. Não são soluções aqui apresentadas para a dimensão que a catástrofe exige. Aqui, de novo, nós temos uma série de projetos, no geral, quando a gente lê, a gente conclui que isso aqui não é só para agora, isso aqui é para o futuro, isso aqui se trata de cheque em branco a nós oferecermos a uma única pessoa: Melo.

Portanto, eu quero dizer que basta de tratar a Câmara de Vereadores de Porto Alegre com tanto desdém. Quero dizer que o principal é que são projetos improvisados, fracos, não têm o peso de delinear soluções de reconstrução consistente a médio e longo prazo para a nossa cidade, são vagos, são genéricos, pouco precisos sobre como, de fato, os projetos serão executados ou monitorados e fiscalizados. Por último, quero dizer o que já disse, Presidente, é preciso que esta Casa realize uma audiência pública reunindo a inteligência da cidade, a inteligência estratégica como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o IPH, o Senge, o IAB, a Metroplan, o Ministério Público, as comissões legislativas, os conselhos populares, para nós delinear uma proposta de reconstrução da nossa cidade. Basta de passarmos vergonha alheia de improvisações. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde colegas vereadores. Eu me sinto num *déjà-vu* tendo que subir nesta tribuna, e me remeto muito ao mês de setembro do ano passado, quando eu vim aqui justamente anunciar a possibilidade do colapso do DMAE, no ano de 2024. Então, essa discussão de que não houve fiscalização e de que a Câmara estava alheia àquilo que estava acontecendo em relação ao desmonte, ao sucateamento do Departamento Municipal de Água e Esgoto é mentira. Nós, na Comissão de Transporte e Habitação, fizemos mais de dez reuniões onde apontamos a falta de servidores públicos, a falta de iniciativa em âmbito de projetos, a falta de financiamento para resolver os problemas da Ponta Grossa, do arroio da Represa, do arroio Cavalhada, do arroio Sarandi. Nós tivemos uma reunião convocada pela Mari Pimentel e pela Abigail nas Ilhas, onde o chefe do Departamento Municipal de Água e Esgoto entrou quieto e saiu calado. Este governo não teve a coragem de conversar com aquela população sobre a necessidade de reforma urbana. Reforma urbana, em que a gente passou quatro anos deste Município vendendo os imóveis da cidade, as áreas privilegiadas para Melnick, para as grandes construtoras, para o setor imobiliário, que segue sendo o principal devedor de impostos do nosso Município. Então, é um governo de joelhos para a iniciativa das construtoras e da especulação imobiliária, e não teve uma iniciativa de

realocar as pessoas que estavam dispostas, das ilhas, a lugares melhores. As 152 áreas de risco que nós temos mapeadas no nosso Município, que tipo de iniciativa foi feita para que essas pessoas não passassem novamente, neste mês agora de maio, por toda essa situação? Então, o governo Melo é um governo que cria e produz crises. Cria e produz crises no momento em que sucateia o Departamento de Esgotos. Sucumbiram com o Departamento de Esgotos, colocaram todas as atribuições da drenagem no DMAE, desde então não houve concurso público, as contratações emergenciais feitas por esta Câmara, todas elas muito precárias: 30 engenheiros, 30 técnicos. Neste momento, é fundamental pensar nas frentes de trabalho, pensar na convocação de todos os servidores que foram aprovados no último concurso, fazer contratação emergencial para assistente social, para saúde, para limpeza urbana, para as podas das árvores, questões antigas que a gente debate, que a gente denuncia aqui nesta tribuna, mas simplesmente não há iniciativa desse governo. Para ter iniciativa é preciso rever e reverter todas as políticas que foram implementadas nos últimos quatro anos, de benefícios para as grandes construtoras, de benefício para determinados empreendimentos em áreas da cidade que agora estão completamente inundadas e que, com certeza, vão entrar com ações judiciais contra a Prefeitura por negligência. Os empreendimentos do 4º Distrito, da Cidade Baixa estão se organizando para entrar com ações contra a Prefeitura e nós temos que nos posicionar, Jessé. Nós somos a favor porque essas pessoas foram prejudicadas, tiveram seus empregos lesados por incompetência de um prefeito, não é à toa o encaminhamento do pedido de *impeachment* para esta Câmara. É importante estarmos atentos a tudo isso. Não acho que virão daqui as soluções para o problema da cidade; boa parte dos vereadores, se estivesse no poder, estaria fazendo o mesmo projeto do governo Melo. Então, não vai vir daqui a solução, e é importante a população estar atenta, porque o pedido de *impeachment* gerou uma luz, uma esperança na população: “Não, agora a Câmara de Vereadores vai se posicionar”. E eu duvido que a gente tenha capacidade de acolher esse pedido que foi feito por esse morador, bem pelo contrário, se cada um dos que estão aqui estivesse hoje no poder, estaria fazendo o mesmo esquema, o mesmo projeto e lesando a nossa população. Então é importante estarmos atentos, e saudar, nesse sentido, os atos que a gente está tendo no Sarandi no dia de hoje. A comunidade trancou a Freeway, está fazendo seu protesto porque estão há mais de 20 dias embaixo da água, sem perspectiva. Hoje, no Guarujá, às quatro da tarde, a comunidade está se organizando também para se manifestar, porque estão há mais de 20 dias sem energia elétrica, um problema que a gente enfrentou no nosso Município agora em janeiro, onde a gente teve mais de 200 piquetes, 200 protestos na nossa cidade por uma questão básica: energia elétrica. Então, Porto Alegre está retrocedendo décadas em âmbito de cidadania, em âmbito de democracia, e esta Câmara de Vereadores é parte desse problema, vocês são parte desse problema, então acredito que as mudanças virão daqui. E saudar a iniciativa do nosso povo de lutar, de se manifestar, de dizer que não vai se submeter a uma cidade de lona, Ver. Janta, e não tem nada a ver com o carnaval, aquilo ali é

racismo institucional dessa Prefeitura, que assim como tirou o carnaval do centro da cidade e botou lá nos cafundó, lá nas margens, quer fazer a mesma coisa com o nosso povo, a mesma coisa com a nossa população. É indigno, é desumano, e a gente tem que se posicionar em relação a isso, não criar falsa polêmica com o carnaval, coisa que não tem nada a ver.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, hoje, nesta primeira sessão presencial na Câmara de Vereadores, pós-enchente – pós-enchente, não, ainda estamos na enchente em algumas áreas -, eu quero falar sobre a nota técnica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul após contatos e reuniões com o Município. No calor da situação, com os resgates que ocorreram na Região Metropolitana, tanto pessoas como animais vieram para Porto Alegre. Nessa nota técnica falam em 200 abrigos, mas eu acredito que se nós falarmos de todos esses municípios da Região Metropolitana e mais Porto Alegre, ultrapassa os 200. E aí o Ministério Público faz uma conclusão, mas neste documento não tem uma orientação da responsabilidade dos municípios. Porto Alegre não tem somente os 5 mil que tinha no início, beira mais de 10 mil animais, por quê? Porque foram resgatados animais que têm tutores, animais sem tutores e animais que estavam pelas ruas na hora da enchente, todos foram resgatados, então há uma dificuldade de identificação da procedência. Mas também tem várias orientações nesse documento, importantes, e mais importante ainda, as pessoas que foram voluntárias, que abriram os seus abrigos, hoje não podem abandonar os animais, elas têm uma responsabilidade, e para isso o Município tem feito uma parcerização e outros procedimentos que estão sendo discutidos. Então, dizer “não tem voluntário, eu vou abandonar o abrigo”, pela nota técnica, e a responsabilização que o Ministério Público vai dar, não pode acontecer. Então, as voluntárias, os contratados que vão estar em abrigos, têm que estar cientes dessa situação, porque nós temos que pensar no bem-estar animal, os animais não podem se defender, e quem acolheu precisa dar um destino. Como, “destino”? Em parceria. Quem tem a responsabilidade? É o Estado, o Estado representa o Município, claro que o Município vai dar esse apoio, claro que nós vamos estar juntos, porque agora vem a fase: do que fazer? Pessoas pediram Pix, muitos Pix, muito dinheiro entrou. Nós não trabalhamos por Pix, nós trabalhamos porque já faz muitos anos que estamos nesta causa, se trabalha pelo amor aos animais. Então não tivemos essa busca de dinheiro, e nós ficamos ajudando na medida do possível. Esse documento também fala das orientações para adoção: tem que dar um prazo de identificação, se tem tutor, se o tutor não tem mais casa, para encaminhar mediante termo, não é simplesmente despachar o animal. É bem importante esse documento criado pelo Ministério Público, inclusive trata dos filhotes que nasceram no local, que vão para adoção após avaliação do médico veterinário.

Quanto aos mutirões de castração, uma nota do conselho é de que há insegurança jurídica nas decisões de fazer a castração sem a autorização do eventual tutor.

Então chamamos atenção, nesta tribuna, para que todos se atualizem, quem está em abrigo, sobre esta nota técnica do Ministério Público, da responsabilidade do coordenador dos abrigos para animais. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadoras, vereadores, há um projeto que não pode passar, um projeto aqui não pode passar, é o PLCE nº 008/24, que mexe indistintamente nos fundos. Vou começar com o primeiro deles: Funpat, o fundo de patrimônio. Eu pergunto aos gestores públicos desta administração: quem vai fazer as coisas de competência do Mercado Público? É um prédio público, municipal patrimônio tombado. Nenhum ente privado pode tocar em espaço patrimonializado, porque tem que ter uma ação governamental. Esse fundo é o antigo Funmercado. O mercadeiro que perdeu absolutamente tudo dentro do Mercado, absolutamente tudo dentro do Mercado, não está a trabalhar 30 dias – se tudo der certo mais 15 dias sem trabalho, vai ter que remontar suas lojas, e a administração quer tirar o dinheiro que é para consertar a escada rolante, que é para consertar coisas de competência da Prefeitura, que há muito tempo os mercadeiros já fazem, já consertam, pagam, eles têm inclusive dívida do pagamento do PPCI, gente. Vamos nos antenar para essa proposta que é indecorosa. Os artistas estão sem trabalhar. Querem mexer no Funcultura. Acabei de apresentar um projeto para o qual tenho a simpatia de vários vereadores, muitos por sinal, para questão de um auxílio emergencial para os artistas. Não haverá o Festival de Inverno, não haverá vários eventos, e esse dinheiro é para o emergencial, junto com a arrecadação pública, via Pix, via não sei o quê, que está sendo feita. E digo mais! Por que falo isso? Porque levei o pessoal ao Ministério Extraordinário. Elaboramos um documento que já foi entregue, posteriormente à reunião, com as demandas, inclusive, de financiamento. Assinamos a questão de um financiamento do Pronamp que as entidades do Rio Grande do Sul, empresariais, mandaram para o Mercadante, chamado Pronamp Catástrofe, não é o Pronamp que está liberado agora; não, é um Pronamp bojudó, que dê conta da reestruturação, do reerguimento da economia. Tem mais, falou-se, por exemplo, na questão da suspensão dos contratos por três meses. A demanda do empresariado local é subsídio de três meses, para que as pessoas continuem trabalhando e ganhando um subsídio do governo por três meses, para que possam se recompor. Eu fiz, com eles, um documento para a ministra da Cultura, foi enviado oficiosamente, de manhã cedo; no meio da manhã teve o retorno: protocolizem oficialmente pela associação, protocolizado está, porque o Minc liberou, no caso do incêndio, um valor significativo. E agora nós precisamos porque eu sempre digo o seguinte, concluindo, quando a água entrou no

Mercado Público de Porto Alegre foi a primeira parada cardíaca da cidade, porque o Mercado Público é o coração de Porto Alegre. Então, esse foi um projeto feito no afogadilho – estão aqui os secretários para conversar. Nós estamos abertos a discutir, apoiar projetos importantes, mas não vamos mexer nestes fundos. Esses fundos são imprescindíveis para quem precisa. E nós vamos reivindicar o que é de competência federal para a esfera federal, de competência do estado para o Estado, do município para o Município, que é o ente mais frágil. Evidentemente ninguém é cretino aqui de não saber disso; agora, tem o nosso apoio para várias questões. Já fiz muitos movimentos, vou continuar ajudando, porque há 52 anos fui recebido de braços abertos pela capital dos gaúchos. Eu continuo a lutar por essa cidade, amando Porto Alegre. É por isso que nós estamos aqui, para reerguer Porto Alegre e o Rio Grande do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Presidente Mauro, quero te parabenizar, bem como a Mesa Diretora e todos os funcionários desta Câmara por colocarem em pé nosso Parlamento municipal e oportunizar que nós, vereadores, estejamos aqui discutindo o que há de mais importante nesse momento: a reconstrução da nossa cidade. Bom, primeiramente, quero dizer que não gosto de politicagem, mas a política faz parte do nosso eu, até porque, senão nós, por conta da política, não estaríamos todos eleitos aqui. Política é importante, a política vai ter ações positivas ou ações negativas. Dito isso, eu quero dizer que eu espero sinceramente que o governo federal, Presidente Lula e seus ministros, cumpram as suas promessas. E é para ser de verdade, porque da última vez que houve uma promessa do governo federal, na última enchente de setembro de 2023, foi prometido R\$ 500 milhões para o Município de Porto Alegre, e faltaram R\$ 200 milhões, ou seja, não cumpriu a promessa, em setembro, o governo federal. Agora, eu estou vendo muitas promessas, promessas novamente que não saem do papel. E aqui o próprio governador do Estado falou que, dos R\$ 50 bilhões, mais de R\$ 30 bilhões são em crédito. O que significa crédito? Significa que alguém vai buscar esse dinheiro e vai ter que pagar esse dinheiro. E outros valores, dos R\$ 50 bilhões, 20 e poucos, 17 e poucos, dizem respeito a direitos das pessoas, dos gaúchos. Então, nisso, Ver. Pablo, não tem nada de mitigação, não tem nada de aporte de dinheiro do governo federal em Porto Alegre ou qualquer outro município do nosso Estado. Dito isso, quero falar sobre o primeiro projeto que nós vamos ter que enfrentar, que é a respeito do auxílio humanitário, que o governo municipal está aumentando o valor, de R\$ 700,00 para R\$ 1 mil, isso significa o quê? É dinheiro na mão de quem perdeu a sua casa, imediatamente, aportado por mais R\$ 400,00 do governo estadual, Ver. Cecchim. Qual o valor do governo federal, caros colegas do PT, que o governo federal está colocando para o auxílio humanitário? Poderia ser de R\$ 400,00 também, porque aí nós teríamos um

auxílio de R\$ 1,8 mil por pessoa que perdeu sua casa, podendo alugar onde bem entender, quando quiser. Então, é muito importante; falo aqui para os vereadores do PT, do PSOL do PCdoB. fazerem essa interlocução com o governo federal e pedirem para que ele aporte esse dinheiro, também nesse auxílio humanitário, porque é dinheiro vivo, Ver.^a Karen, eu sei que a senhora vai concordar comigo, é dinheiro na mão daquele que perdeu tudo, para alugar alguma coisa. Nós vamos aumentar para R\$ 1 mil para o aluguel das pessoas. O governo do Estado está aportando mais 400, portanto temos R\$ 1,4 mil, Ver.^a Lourdes, para as pessoas prontamente alugarem a sua casa. Eu quero ver o governo federal, e clamo aqui para os vereadores, colocar também do governo federal, um dinheiro na mão de quem precisa, porque é muito bonito falar em reconstrução de casas, mas isso leva tempo. Reconstruir, construir casas leva tempo, e as pessoas não têm tempo para ficar embaixo de lona. Então não vamos fazer politicagem. Vamos fazer política madura, política de entrega, política efetiva, que chegue na mão daquele que nada tem hoje e que pode ter ali na frente, se nós aprovarmos R\$ 1,4 mil para alugar alguma coisa onde ele bem entender. Mas deixo aqui bem claro: se o governo federal colocar mais R\$ 400,00, as pessoas atingidas terão R\$ 1,8 mil. É bom – não é, Ver. Ramiro? –, é um valor a mais que essas pessoas terão prontamente. E é isto o que eu peço para os colegas: menos politicagem, mais política de entrega. E nós, vereadores, temos que ter maturidade para fazê-lo. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Mauro, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores, estou usando este meu tempo aqui hoje para falar mais enquanto ex-diretor-geral do DEP, uma matéria interessante no momento. Diante desses últimos e trágicos fenômenos climáticos, boa parte do nosso Estado e da capital ficou submersa. Há um alerta e um clamor: essas chuvas que caem intensamente sinalizam que poderão se repetir – espero que não. Muitas perdas de vidas, assim como de vidas de animais, dezenas de bilhões de reais necessários para a reconstrução da nossa cidade, nosso Estado; bilhões de reais. Por isso que nós não podemos deixar para segundo plano a implementação de medidas necessárias e urgentes para cuidar da nossa cidade, porque estamos aqui. Sabemos todos que Porto Alegre é banhada pelo Guaíba; que os grandes rios do nosso Estado, a maioria deles, desemboca, tem foz no Guaíba; que esses rios têm afluentes bastante grandes. E todos sabíamos – sempre foi dito isso – que, quando chovesse torrencialmente na grande parte do Estado, Porto Alegre sofreria inundações e alagamentos. A partir de 1941 e lá na década de 1970, foram construídos os nossos diques, as casas de bombas e o muro da Mauá – muito criticado por muita gente, mas que fez a sua parte. A função do dique, do muro e das comportas se efetivou com os problemas que aconteceram. O vazamento, o extravasamento das nossas comportas que causou o grande alagamento aqui da cidade. Por um lado, se o

dique, se o muro dificulta a entrada de água para a cidade; por outro lado, ele dificulta muito a saída das águas. E as casas de bombas deveriam ter a função de retirar essas águas para o Guaíba e para o Caí, coisa que não aconteceu ou que não está acontecendo. Nós temos, portanto, as casas de bombas; lamentavelmente, foram perdidos R\$ 120 bilhões para a reforma e a ampliação dessas casas. Eu repito, é posição minha, a extinção do DEP foi muito ruim para Porto Alegre, foi muito ruim. Eu estou aqui propondo, já encaminhei documento ao prefeito municipal, aquilo que eu entendo necessário, urgente. Primeiro, de parte do Estado, é preciso dragar os rios, o lago Guaíba, a Lagoa dos Patos, a foz desses rios, indo até os Molhes da Barra, lá do nosso Porto de Rio Grande – competência do governo do Estado. Para a União, é necessário ampliar esses diques em todas as cidades que estão sujeitas a esses alagamentos. Eu estou concluindo. Então, o governo do Estado com a dragagem; a União com os seus diques; o que cabe à cidade de Porto Alegre? Ver. Oliboni e demais vereadores, à cidade de Porto Alegre cabe recriar, voltar a ter um órgão que se preocupe com enchentes e alagamentos. Eu estou propondo ao prefeito a criação da secretaria municipal de manejo de águas pluviais urbanas. É urgente que se tenha um órgão que se preocupe exclusivamente com essa a questão aqui na cidade de Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Boa tarde, Sr. Presidente, senhores vereadores e todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara. A minha fala é totalmente voltada à população do bairro onde me criei e morei, que tem cobrado uma atitude mais contundente por parte do poder público municipal. As pessoas estão lá aflitas, e estamos verdadeiramente comprometidos com uma mudança radical a partir desse fato histórico, que é a questão das enchentes. Eu sou filho da enchente, eu me criei no Sarandi e, durante a minha infância toda, eu vivi essa realidade. Então, hoje, como parlamentar eleito pela população do Sarandi, da Zona Norte, tenho que dar voz àquele povo que está sendo sofrido. Desde os primeiros dias, nós estamos lá trabalhando, resgatando pessoas; e, antes de acontecer o fatídico incidente, nós passamos com carro de som pela Vila Dique e pela Vila Brasília pedindo que a população sáisse, porque haveria de acontecer o que efetivamente aconteceu. E nós acolhemos ali as pessoas na igreja católica, na Paróquia Santa Catarina, dando a elas ali conforto, alimentação. Mas o fato aconteceu, o dique rompeu. E também tivemos que sair da paróquia, porque a paróquia ficou só com a cruz para fora. Agora, vivenciando tudo o que eu vivenciei como alguém que lá morou e sofreu com as enchentes, no governo passado, junto ao prefeito Marchezan, várias vezes fiz abaixo-assinados pedindo que pudesse ser feito algo, e ele acolheu, ele recebeu os abaixo-assinados – até porque, no governo dele, aconteceu uma grande enchente também. E ele, efetivamente, tomou uma atitude muito concreta. Que atitude foi essa? Fazer um contrato com a Caixa Econômica Federal de R\$ 2

bilhões, R\$ 2,5 bilhões para que houvesse um investimento em drenagem, o fortalecimento e a restauração dos diques, porque os diques até então eram muito frágeis. E efetivamente veio a acontecer o que aconteceu, o dique rompeu. Agora a minha pergunta é: para onde foram esses R\$ 2,5 bilhões, o que foi feito com esse contrato, com esse dinheiro que foi assinado e disponibilizado pelo prefeito Marchezan a este governo atual? Ontem eu falava com ele, e ele me passou todas essas informações e isso pode ser muito bem consultado nos editais. Agora, tirando essa situação, eu fico a pensar: na Havan, na Coca-Cola, as águas já saíram, e por que no Sarandi, na Vila Brasília, as águas ainda não saíram? Nós deveríamos em vez de fazer caminhos humanitários, muito bem, parabéns por isso, mas por que não faz um investimento de fechar os diques hoje para que as águas que estão voltando novamente? Porque as águas não param de encher na Brasília, e as pessoas não têm condições de sair daquele lugar. Nós já limpamos casas e essas casas que nós limpamos novamente foram invadidas pelas águas. Até quando nós vamos permitir que os lugares mais afligidos sejam os últimos a serem socorridos? A minha fala hoje se destina ao governo municipal, mas também ao governo federal do nosso Presidente Lula, que prometeu R\$ 5 mil para cada pessoa e essa promessa ainda não aconteceu, ainda não aconteceu, Ver. Oliboni.

(Aparte antirregimental do Ver. Aldacir Oliboni.)

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Papo, promessa, o povo não quer mais papo e promessa, ele quer o dinheiro na conta e o dinheiro ainda não caiu. E também por que o governo federal não mandou o Exército na primeira hora? Porque quem socorreu o povo foi o próprio povo! Levou cinco dias para chegarem. Se o povo não tivesse feito essa ação, milhares de pessoas teriam morrido, muito mais do que já morreram. Agora se preparem, quando as águas baixarem, nós vamos ver um cemitério a céu aberto, nós ainda estamos passando a mão por cima, a mortandade foi muito maior. Se o povo não tivesse socorrido o povo... O governo federal demorou nessa ação de socorro, deveria agir imediatamente e não agiu. A minha pergunta é: por que as bombas que o governo, o Exército, tem, não foram disponibilizadas nesses lugares? Tem que vir da Sabesp, tem que vir do Paraná, tem que vir de Goiânia, quando o Exército tem esse aparato para usar em emergencial, porque nós estamos vivendo uma situação de guerra, de calamidade. E o Exército, nessa hora, deveria estar utilizando, sim, e eu não estou reclamando que o Exército não está fazendo, mas poderia estar fazendo mais, porque dispõe de instrumentos de socorro nesta hora fundamental. O governo federal demorou muito, está prometendo muito e agindo pouco. Nós temos que parar de fazer política. Nós temos que socorrer as pessoas que estão verdadeiramente sendo as vítimas do descontrole governamental. Eu estou aqui elencando alguns valores. Hoje a média de uma geladeira, de um refrigerador é de R\$ 1,5 mil; um fogão, em média, R\$ 700,00; uma máquina de lavar, R\$ 1,4 mil; um micro-ondas, R\$ 400,00 ou R\$ 500,00. Tudo isso vai totalizar em torno de R\$ 5 mil. Que isso seja dado, e alguém me

questionou: “Mas vai ter tudo isso para todo o pessoal que perdeu tudo?” Olha, isso é o mínimo que se espera, porque quando não se investe na prevenção, a gente vai gastar muito na reconstrução. E se preparem, o dinheiro para a reconstrução vai faltar, porque é muito dinheiro para alcançar às pessoas. E aqui está se falando em moradia, auxílio-moradia: vão faltar casas para alugar. Não vai ter casa suficiente para abrigar as pessoas que foram desabrigadas em Porto Alegre. Por mais que se dê o dinheiro para alugar, não vai ter casa suficiente para as pessoas alugarem. Então nós precisamos efetivamente fazer uma ação contundente, aumentar os valores que estão sendo propostos, porque quem está abrigando os familiares em casa já está precisando. Esse valor é ineficiente. Esse valor é pouco, porque têm pessoas abrigando cinco, oito pessoas em casa. Pessoas que têm pouco estão dividindo o pouco que têm e vai faltar. Nós precisamos hoje realmente, aqui, como um instrumento parlamentar de construção de dignidade e cidadania, trabalhar melhor no investimento financeiro para que essas pessoas possam ter o nosso olhar justo, o nosso olhar de solidariedade, para que elas possam reconstruir a sua vida. Muito obrigado, que Deus abençoe.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde a todos, vereadores, vereadoras, na medida do possível, boa tarde. Quero cumprimentar o Presidente Mauro Pinheiro, que conseguiu trazer condições para que nós pudéssemos retomar o trabalho do Parlamento de Porto Alegre, para que nós também possamos aqui, a partir desta Casa, dar início às ações que possam auxiliar na reversão desta catástrofe que afetou o Estado do Rio Grande do Sul e sobremaneira a cidade de Porto Alegre. Quero inicialmente cumprimentar todos os voluntários, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, ajudaram num primeiro momento a salvar vidas, e num segundo momento, agora, têm auxiliado nos abrigos, no voluntariado, nas doações. As doações vão além das fronteiras, é o Brasil todo sensibilizado com o que enfrenta o Estado do Rio Grande do Sul, o povo gaúcho, o povo de Porto Alegre, todos nós que, de uma forma ou de outra, estamos aqui envolvidos para tentar uma resposta, para tentar estender uma mão amiga a quem perdeu muito, a quem perdeu tudo. Infelizmente alguns perderam a vida, que é o nosso bem maior. Aqui em Porto Alegre tivemos cinco óbitos, o que nos entristece muito.

E sem dúvida nenhuma nós percebemos aqui, nas ações de muitos colegas, naquilo que lhe diz respeito na sua caminhada, na sua trajetória, seja no território urbano, no trabalho classista, e vejo aqui vereadores como o Ver. Gilson, que montou uma estrutura lá na Zona Sul, o Ver. Marcelo socorrendo o pessoal ali da Vila Farrapos, o Ver. Claudio Janta lá no movimento sindical e tantos outros aqui que têm feito a sua parte. Temos o pessoal envolvido com as igrejas, fazendo uma diferença importante. Eu quero dizer que da nossa parte, no classista, ali junto aos corretores de imóveis, também criamos o programa Creci

Solidário, e na estrutura do Conselho estamos também fazendo a nossa parte, aqui em Porto Alegre, na nossa sede de matriz, no escritório da Rua Guilherme Alves, 1010, estamos recolhendo as doações, muitas doações. É impressionante, Cecchim, o que chega de doação, caminhões, toneladas de doação, cobertores, colchões, material de limpeza, material de higiene, enfim. Quero aqui colocar à disposição o nosso e-mail: crecisolidário@creci-rs.gov.br.

E nós estamos utilizando ali uma parte da frota da autarquia e também os colaboradores todos, voluntários ali, homens e mulheres, muitos também dos nossos colaboradores perderam tudo, fazendo a diferença, então a partir da logística, distribuindo as doações, com esta infraestrutura em favor dos que mais precisam, dos corretores também, mas indiscriminadamente para todos os atingidos. Quero dizer aqui que estive debruçado, conversando agora com o secretário Schirmer e com o secretário Cassio a respeito das iniciativas do Município. Eu acho que passar de R\$ 700,00 para R\$ 1 mil é um auxílio importante, que é o aluguel solidário. Então aquele cidadão que foi morar na casa do vizinho, na casa de alguém próximo, que não tem como voltar para casa, vai precisar ficar ali uns seis meses, talvez até dobrar esse período. Acho que temos que votar o quanto antes possível essa iniciativa. Conversei com o secretário Fantinel também, que acompanha aqui os trabalhos, a respeito de fazer talvez um Refis aí para pegar um caixa para o Município. Acho que temos que ver de que maneira temos que aprovar. O Município está precisando de recursos. Essa hora é a hora de a gente juntar forças aqui para dar uma resposta para a sociedade. Vejo ali a Ver.^a Mônica Leal – já estou assinando contigo, vereadora – com uma comissão de reconstrução. Outras iniciativas que estão sendo propostas aí, quero também me somar. O Ver. Claudio Janta propondo o tombamento do muro da Mauá, acho que é até simbólica essa votação, entre outras iniciativas. O próprio Ver. Ferronato, que foi presidente do DEP, propondo talvez a volta do DEP. Prefeito, acho que alguma coisa diferente nós vamos ter que fazer, vamos ter que criar alguma secretaria extraordinária. Não sei se vai voltar o DEP, mas eu acho que alguma outra situação que possa se debruçar sobre uma catástrofe do tamanho, da dimensão que teve, nós precisamos ter uma resposta com um trabalho específico.

Da nossa parte, aquilo que estiver ao nosso alcance estaremos aqui. Estivemos na linha de frente, encontrei o Ver. Ramiro lá também molhando os pés na água lá no Zaffari da Sertório, vários vereadores. A Ver.^a Lourdes dando uma contribuição na área dos *pets* também, resgate de cachorros, o Ver. Jessé, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se envolveram. Fica aqui o nosso reconhecimento, em especial, aos voluntários, à solidariedade não só do povo gaúcho, mas do povo brasileiro. Todas as medidas necessárias que se impuserem, eu tenho certeza de que, se nós precisarmos ficar aqui, Ver. José Freitas, até a meia-noite votando projetos hoje, vamos ficar, porque Porto Alegre está aguardando uma resposta. A chuva não dá trégua, agora, ainda por cima, veio o frio, e nós precisamos dar uma resposta, porque a população também está aguardando a nossa contribuição. Estamos aqui atentamente e vamos

enfrentar toda e qualquer pauta necessária para uma resposta ao que está acontecendo na nossa capital. Pela atenção, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas, vereadores, vereadoras, assessores, enfim, todas as pessoas que acompanham esta sessão que retoma os trabalhos. Obrigada, Presidente Mauro, pelo empenho e dedicação para nos trazer a possibilidade de estarmos aqui hoje retomando as atividades do Legislativo. Eu protocolei, no domingo, um documento, um requerimento para criação, constituição e instalação imediata de uma comissão especial de reconstrução de Porto Alegre, com base nos arts. 63 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Alegre, tendo como objeto propor soluções para Porto Alegre, para que nós possamos reerguer de forma rápida, eficiente e segura a capital. A comissão especial também irá propor projetos de lei a fim de que exista uma legislação eficiente para esse tema, cujo objetivo é tornar permanente esse direito ao cidadão. Pautas como essa precisam se tornar leis na cidade, para que tragam garantias aos cidadãos. A comissão especial trará especialistas em cada segmento de reconstrução para Porto Alegre, cuidará da prevenção e, principalmente, da segurança dos porto-alegrenses. Importante destacar que, dentro dessa pauta, será realizada também a verificação das falhas, onde falhamos para acontecer o que nós estamos assistindo. E não é a primeira enchente, esta é a segunda enchente. Não investimos o suficiente? Não se fez manutenção? Onde está a falha? Nós, do Legislativo municipal, precisamos nos debruçar nessas questões e temos obrigação, frente aos porto-alegrenses, de responder. Esse requerimento se justifica pela catástrofe jamais vivida na cidade de Porto Alegre. Importante se destacar que o número de enchentes, como eu já falei anteriormente, só vem crescendo e, cada vez mais, elas nos preocupam. A situação em que inúmeros porto-alegrenses se encontram neste momento é absurda. São muitos desabrigados e lares destruídos, além da insegurança de voltar para casa e uma nova enchente acontecer. Portanto, um plano de ação precisa ser realizado com especialistas que tratarão, de forma contundente, de soluções seguras e permanentes. Igualmente, uma legislação atual, eficaz e que traga garantia aos porto-alegrenses, ao meio ambiente e a Porto Alegre é mais do que necessária, é fundamental. Diante disso, é de extrema necessidade uma reconstrução para Porto Alegre que atenda à necessidade de todos os que aqui habitam. Eu gostaria só de dizer aos meus colegas vereadores e vereadoras que essa comissão especial é uma comissão provisória, que tem a função de analisar, examinar e opinar sobre matéria considerada importante. O objetivo não é fazer caças às bruxas ou julgamento, e sim saber o que deve ser feito, onde erramos, para não errar mais.

Ver. Cláudio Conceição, eu gostaria de lhe responder, sou muito atenta às falas desta tribuna. Eu participo diariamente das reuniões de todas as forças de

segurança. Eu converso diariamente com o general Hertz. Existe uma operação chamada Taquari II. Nessa operação, eu tenho, todos os dias, a atualização do que é feito no Estado do Rio Grande do Sul. Então eu vou lhe dizer que, neste momento, por via aérea, fluvial e terrestre, 71 mil pessoas e 10,5 mil animais foram resgatados. Os efetivos e meios das forças armadas e agências envolvidas, mais de 469 municípios atingidos, 100 trechos e 42 rodovias com bloqueios dificultando o acesso aos municípios estão sendo atendidos pelas forças de segurança, pelo Exército Brasileiro. Oito pontos de travessia em operação, sendo 5 com botes infláveis e 2 em preparação, aguardando sempre condições do tempo para entrar em ação. Trinta mil militares, policiais e agentes envolvidos, 3,7 mil viaturas e mais 250 equipamentos de engenharia, 60 aeronaves, 305 embarcações e 9 navios multitarefas, 12 hospitais de campanha, uso de drones para localização de pessoas isoladas, centenas de toneladas de refeições, mantimentos, medicamentos distribuídos, milhares de litros de água potável para hospitais, abrigos e pessoas isoladas, milhares de pessoas recolhidas nas estradas e ruas, permitindo o fluxo de pessoas. Então, Ver. Cláudio Conceição, o Exército Brasileiro, as forças de segurança estão sim envolvidas, desde o início, nesta catástrofe que atingiu o Estado do Rio Grande do Sul. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito boa tarde, Presidente; boa tarde, senhoras e senhores vereadores; boa tarde, pagadores de impostos que nos assistem pela TVCâmara; subo, neste momento de liderança do partido NOVO, para expressar a nossa consternação, a nossa solidariedade com tudo o que está acontecendo nesta capital, tudo o que está acontecendo em nosso Estado. Mais do que palavras, desde o primeiro momento, o partido NOVO esteve na linha de frente com seus mandatários, com seus colaboradores dos gabinetes, com seus voluntários, familiares atuando desde resgates dentro das águas com helicóptero, com barcos, até provendo travesseiro, colchão, cobertor e uma quentinha, uma marmita para saciar a fome. Por isso, nós do partido NOVO não queremos ficar apontando o dedo politicamente sobre culpa. Evidentemente que quem passa pelo Executivo, e aqui não só o desta capital, mas também estadual e federal, quem passa pelo Poder Executivo evidentemente precisa ser cobrado. Agora, não com um risível pedido de *impeachment*, dizendo que as bombas causaram tudo que causaram; isso, no mínimo, é um desconhecimento técnico, para não dizer má-fé e militância partidária. Uma CPI sobre o DMAE, bom, no primeiro dia após o 2º turno, podem contar com a minha assinatura. O 2º turno é dia 30 de outubro, pois na primeira sessão depois do 2º turno, eu assino a CPI do DMAE, a CPI do que quiserem para nós investigarmos de fato, mas não nesse cunho eleitoreiro, eleitoral, quase oportunista. Aliás, oportunismo é o que mais nós temos visto nestas enchentes: oportunismo político; oportunismo criminoso de pessoas tentando revender água

doada – isso graças a Deus não em Porto Alegre, mas em outros municípios –, tentando destinar cesta básica para currais eleitorais. E claro, aqueles turistas de enchente que pegam o barquinho, põem cinco, seis pessoas, não salvam uma pessoa, mas o tênis All Star branquinho, a roupa limpinha e o vídeo para lacrar nas redes sociais, Ver. Ramiro, o vídeo está lá, dando tapinha nas costas. Então acho que nós temos que encarar com seriedade, já que todos nós fomos, saímos lá da ponta onde estávamos atuando; quero crer que todos os 36 estavam lá fazendo marmita, doando roupa, acarinhando, comprando móveis, para quem precisa, e tivemos essa interrupção, vindo para cá, a Casa ainda à meia-bomba, meia-boca com este cheiro horrível de enchente, mas temos que enfrentar. Tem gente muito pior. Então que esta Casa delibere a César o que é de César. Vamos cobrar o governo municipal? Vamos, mas sem negacionismo, sem má-fé, sem oportunismo eleitoral, porque, lá para fora, oportunismo e discurso desta tribuna não vão ligar uma bomba, não vão comprar móveis, não vão restituir ou ajudar a restituir a vida das pessoas. Por isso, o partido NOVO tem a intenção de trabalhar neste Legislativo pela isenção de IPTU, pela isenção de ISSQN, por matrizes tributárias que possam ajudar aqueles que hoje estão literalmente sem casa e sem trabalho, ou sem casa, ou sem trabalho, ou os dois, para que possam reautorar as suas vidas. Infelizmente já escutei de dois empresários que já foram embora de Porto Alegre, abandonaram o 4º Distrito, estão indo para a região de Florianópolis. Isso também...

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Esse é um processo, vereador, que nós precisamos também entender, que as pessoas...

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Nós precisamos segurar essas empresas, nós precisamos segurar esses empregos, nós precisamos, como Casa Legislativa, responder com responsabilidade tributária, sem populismos, mas precisamos dar uma resposta. Então o partido NOVO está imbuído, está empenhado nesta tarefa de tentar devolver a Porto Alegre aquilo que ela tem de melhor que é o seu povo, a sua gente, o seu trabalho, a sua riqueza. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Obrigada, Presidente Mauro Pinheiro, vereadores, público nos acompanha aqui na TVCâmara. O povo pelo povo. Essa é a frase que viralizou nas redes sociais, na TV, em todos os movimentos neste último mês. O povo pelo povo, mas hoje nós temos o Parlamento voltando, e por isso que eu reforço a importância da volta deste

Parlamento e parabenizo aqui o Presidente Mauro Pinheiro por ter trazido todos os vereadores para o plenário no dia de hoje. E por que eu trago isso? Daqui a quatro meses teremos eleição. O que faz a Mari vereadora ser diferente daquele voluntário que foi resgatar alguém, que conseguiu um abrigo para o outro ou que conseguiu fazer marmitas? É que aqui eu voto, aqui eu fiscalizo, aqui eu voto leis, aqui eu relatei e votei o orçamento, aqui eu tomo decisões que impactam diretamente um milhão e meio de habitantes. E aqui não podemos perder a chance de nos posicionarmos e honrarmos o voto que cada um de nós teve. E me parece que, de alguma maneira, quando só se fala o povo pelo povo e se esquece da importância de acreditar na política, de valorizar uma boa política, a gente diminui o nosso trabalho aqui como parlamentares. E por que eu falo isso hoje? Porque o povo pelo povo protocolou um pedido de *impeachment* do prefeito para fiscalizar o que ocorreu nas casas de bombas. Esse povo pelo povo estava hoje na imprensa, estava tendo voz pela imprensa. Hoje nenhum vereador veio falar sobre esse assunto a não ser a Ver.^a Mônica Leal, que prontamente fiscalizou e sinalizou a importância de fiscalizar. Cabe a esta Câmara de Vereadores honrar novamente os votos, porque nós os estaremos pedindo daqui a quatro meses. Porque cada uma das decisões que foi tomada neste Parlamento é o que aconteceu com a cidade, e hoje ela está debaixo da água. Se teremos que rever, vamos rever todos juntos, mas vamos honrar o nosso povo, porque o povo está pedindo, está clamando por políticos que olhem por ele, que fiscalizem por ele, que, se precisar tirar alguém de uma liderança, se precisar trocar um secretário, se precisar trazer aqui secretários para debater, nós traremos. O que nós vemos hoje é a imprensa escassa de informações, a falta de transparência do Executivo e nós, aqui no Parlamento, 36, o que equivale a todo cidadão de Porto Alegre, todos que foram para a urna e não só a maioria, e nós estamos nos omitindo. Por isso eu realmente espero que na próxima sessão, quarta-feira, estará sendo votado o tal pedido de *impeachment*, que independente se será aceito ou não, é uma demonstração da importância de nós estarmos fiscalizando, de nós estarmos fazendo mais do que só ser o povo, de nós estarmos fazendo o que nos compete fazer e que nos faz diferente dos outros que estão lá na galeria. E daí sim, daqui a quatro meses, a gente vai estar honrando nossos votos. Afinal, o que acontece hoje na cidade também tem um pouco da nossa participação e da nossa responsabilidade, e nós precisamos trazer para cá a revisão do que foi que aconteceu.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Sr. Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadores, mesmo vivendo este momento difícil que nós estamos vivendo, eu subo a esta tribuna apenas para dar um destaque e exaltar os milhares de voluntários que nós estamos vendo trabalhar com muito afinco, muita dedicação. E a gente sabe que houve, sem nenhuma prévia organização, mas aqueles que estão acolhendo as pessoas, estão montando CDs de

distribuição, estão fazendo as alimentações, visitei alguns que têm trabalhado incansavelmente nisso, inclusive alguns até abriram seus espaços para alojamento e tiveram que sair correndo porque seus alojamentos foram atingidos pelas águas, então, o meu destaque, e subo a esta tribuna para fazer o destaque a todo esse voluntariado.

Mas confesso também a minha preocupação com relação às bombas, principalmente dos bairros Humaitá, Navegantes, São Geraldo, que tem sido uma cobrança constante nossa. Eu sei que os técnicos estão trabalhando incansavelmente, mas é importante para nós, vereadores, que somos cobrados diariamente pela população, que, pelo menos, haja uma previsão disso.

Então, a minha vinda à tribuna é fazer esse destaque, principalmente desse voluntariado. Respeito todas as pessoas que são envolvidas no processo, mas principalmente aqueles que são daqui e aqueles que estão vindo de fora, que estão trabalhando e ajudando na reconstrução da nossa cidade. Muito obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, na reunião da semana passada, uma reunião virtual que nós tivemos, nós fizemos alguns questionamentos cujas respostas até agora não chegaram para nós. Foram questionamentos importantes que a população está nos fazendo. Todos os dias nas redes sociais, Instagram, Facebook, jornais, rádios, se vê comboios de caminhões vindo para o Rio Grande do Sul, de artistas, atores, Central Única das Favelas e por aí vai, são milhares e milhares de toneladas de doações que vêm para Porto Alegre. Nós questionamos, na semana passada, o quanto veio de alimento para a cidade de Porto Alegre. Qual é o critério usado nos depósitos da Prefeitura? Se tem conhecimento do depósito do DMAE, do depósito do Clube Farrapos, do depósito lá na Zona Norte, na Fiergs e outros depósitos que têm na cidade de Porto Alegre? Qual é o critério para distribuir esse alimento? Quantos abrigos nós temos hoje na cidade de Porto Alegre que dependem exclusivamente desses alimentos que chegam para alimentar as pessoas, para botar lá um papel higiênico, botar um cesto de lixo, uma série de necessidades, como absorventes para as mulheres, fraldas para as crianças, fraldas para os idosos? Quantos desses abrigos depende disso? E quais desses abrigos que dependem disso? Outra questão é o critério para as famílias solidárias retirarem as cestas de higiene, de alimento, que levam para a sua casa, são famílias que acolheram as pessoas – e vários de nós estão auxiliando essas famílias. Qual o critério para isso, já que a gente vê vários anúncios das subprefeituras fazendo a distribuição de cesta básica? Se existisse um cadastro feito pelas assistentes sociais, se existisse um cadastro feito pelo município de Porto Alegre, não precisaria ter filas monstruosas nas subprefeituras. E quantas cestas já foram distribuídas? Quantas cestas têm para

distribuir? A gente sabe que serão várias fases e etapas que nós vamos enfrentar nesta catástrofe da cidade de Porto Alegre. Quem são os responsáveis pelos depósitos? Como é que se faz para buscar uma cesta, uma refeição, um produto de higiene, um produto de limpeza? Se tem um formulário, se é *online*, qual é o critério para isso? Qual é o controle que se tem de quanto entrou de arroz, feijão, massa, açúcar, leite, produtos de higiene, de limpeza? Quantos já saíram? Quantos se tem em estoque para o futuro que nos espera? Seria um questionamento que foi feito por todos nós. Outro foi feito na sessão e, depois, continuou no grupo de vereadores, não foi nem no grupo da base, foi no grupo de vereadores, que é a questão das emendas impositivas. Hoje, nós vimos que tem um projeto do governo que retira o recurso dos fundos, fundos que ainda não foram usados. E há uma proposta do governo de pegar as emendas impositivas dos vereadores, numa reunião que nós fizemos no Hotel Embaixador, e usar essas emendas para este momento difícil, muito difícil para a população de Porto Alegre. E nós questionamos: quantas emendas já foram pagas? Quantas emendas ainda estão sendo penhoradas? Qual o valor, qual destino e quem destinou – isso não nos chegou! Eu fiz uma emenda que é para o Certa. Tenho certeza de que não usaram nem 20% da minha emenda no Certa, mas essa minha emenda pode continuar ajudando as famílias de crianças autistas, pode ser comprado fones para essas crianças usarem; podem ser comprados leites especiais para essas crianças. Então nós temos necessidades de saber tudo isso. Este é o nosso papel, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: fiscalizar. Então, nós queremos saber onde, quando, quanto, como chegaram esses alimentos na cidade de Porto Alegre, para onde foram esses alimentos, quanto ainda tem disponível nos estoques públicos? E principalmente as emendas impositivas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Enquanto aguardo o Dr. Luiz Afonso, eu só quero compartilhar – como não quero usar o Tempo de Presidente – e dizer que eu tenho uma preocupação, Ver. Cecchim, que é o líder do governo; Ver. Roberto Robaina, que é o líder da oposição, com o retorno das atividades comerciais de Porto Alegre. Eu acho que a nossa Casa tem que fazer um esforço, independente da esfera municipal, estadual ou federal, de fazer um documento aqui pedindo uma atenção especial. Porque nós temos os comércios, e, como vários vereadores aqui falaram, e aí não é o governo A, B ou C, nós temos que ter uma preocupação, eu sei que o Ver. Adeli Sell também já está se mexendo, vários vereadores estão conversando sobre isso, porque a empresa, Ver. Cecchim, o senhor é empresário, o mercado da minha família não foi atingido, mas conheço vários minimercados no Humaitá, no Sarandi que foram atingidos. Conversei com o presidente da Associação Gaúcha de Supermercados, com vários supermercadistas e com outros empreendedores de outras esferas e a preocupação é aquela: os estoques foram perdidos, todos os estoques dos supermercados, desses que estão dentro d'água, eles têm que pagar os impostos do mês, eles têm que pagar o aluguel, têm que pagar a folha, os salários; e, depois, para reiniciar, têm que comprar todos os equipamentos,

todas as mercadorias, repor o estoque, para depois voltar a abrir. Quanto tempo vai levar? E qual é o empresário, independentemente de ser de supermercado ou de qualquer esfera, que tem condições de ficar pagando folha de pagamento, impostos, aluguel e depois comprar seus equipamentos e reabrir? Agora, se nós não tivermos a preocupação de pensar na reabertura das atividades comerciais da cidade, como é que essas pessoas vão sobreviver? Como é que elas vão gerar emprego? Como é que elas vão pagar os impostos, logo ali na frente? Então, acho que cabe a esta Casa ser protagonista e nós fazermos algum documento e entregarmos à Prefeitura, ao governo do Estado e ao governo federal. Acredito que essa seja uma pauta que não é de um vereador, é dos 36 vereadores, da retomada das atividades econômicas dessas pessoas que estão hoje desabrigadas e que perderam tudo, pensar ali na frente como que elas vão retomar as suas atividades. Claro que tem as questões das casas, tudo mais, mas tudo isso a gente tem discutido muito e eu tenho visto pouca discussão sobre as atividades comerciais.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, inclusive por conta das reuniões que nós temos feito na Câmara dos Vereadores, por conta da sua própria reflexão e da sua decisão de encabeçar, na Câmara dos Vereadores, uma luta para que a Câmara possa ajudar na reconstrução da cidade, eu entrei em contato inclusive com o governo federal, no caso, com o Ministério Extraordinário, colocando que a presidência da Câmara quer, sim, uma audiência para discutir com o governo federal esses temas relativos aos problemas de Porto Alegre. Então, eu só queria informar que isso a gente chegou a discutir numa reunião de líderes, e eu encaminhei junto ao governo. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Obrigado, Ver. Robaina.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Vereador Mauro, Presidente, saúdo Vossa Excelência. A ideia é muito boa, mas vamos direto aos pontos, e, nesses pontos, a questão da moradia, a questão dos empréstimos, a Câmara tem que entrar com a sua parte. Nós temos que estabelecer um documento no qual nós vamos dizer também o que é que nós vamos colocar para a sociedade. Isso é muito importante. Aí nós começamos um documento no qual nós propomos a iniciativa de um grande levante para melhorar a nossa cidade. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Com certeza, Ver. Cassiá, nós vamos fazer o levantamento da nossa situação aqui e também vamos ajudar naquilo que pudermos.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Eu entrei em contato com a Secretaria de Administração, e a Prefeitura de Porto Alegre não vendeu nenhum terreno para Goldsztein, Melnick, não vendeu nenhum terreno para ninguém. Os terrenos foram vendidos para as pessoas interessadas em tocar os seus negócios.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Eu me escrevi em pauta, portanto vou-me ater a projetos que o governo encaminhou para a Câmara, que é o que nós estamos discutindo agora, neste momento. São 11 projetos de lei, vários não tratam do assunto sobre o qual nós fizemos um acordo; acordamos de votar somente projetos que dizem respeito às vítimas da enchente ou da catástrofe em Porto Alegre. Portanto, espero que haja sensibilidade de parte do governo e do próprio líder para avaliar, do ponto de vista de agilização, os projetos que falam sobre isso. E eu quero me debruçar sobre dois deles. O primeiro trata de um benefício ao cidadão que, em tese, deveria ser para todas as áreas atingidas pela enchente. O projeto de lei diz que o limite é de cinco mil famílias. Nós temos, hoje, desabrigadas, mais de 13 mil pessoas, variando de 13 a 15 mil. Nós temos também abrigadas por cidadãos, por familiares, segundo dados de vários órgãos do governo municipal, mais de 60 mil pessoas. Os senhores acham que são apenas cinco mil famílias? Se o projeto está dizendo que o limite é de cinco mil famílias, são cinco mil famílias. Esse projeto tem que ser modificado, ele tem que deixar em aberto, porque tem que atingir famílias de todas as áreas, seja do Humaitá, Sarandi, ilhas. Tem que avaliar; e tem tempo ainda, até quarta-feira o governo tem para avaliar isso. Porque nós, do governo federal, e aí eu digo o seguinte, o governo Lula cobra do Município que o Município diga para ele, governo federal, quais as áreas atingidas, porque todas elas receberão o Auxílio Reconstrução, de R\$ 5,1mil. Isso deveria ser baseado no CEP. Agora, a Prefeitura divulga um *site*, para que as famílias se cadastrem nesse *site*. Quanto tempo vai demorar para que esse cidadão receba os R\$ 5,1 mil? Será que vai ser assim também para essas cinco mil famílias que o governo quer liberar o recurso de R\$ 1 mil por doze meses? Temos que avaliar, pessoal. Nós vamos votar na próxima quarta-feira um projeto dessa natureza e não sabemos, na vida real, como vai acontecer. Tem que ter esse cuidado, nós temos que fornecer isso, e isso seria muito mais fácil, mais prático, considerando as regiões atingidas, se o cidadão, quando for se inscrever, der o CEP da rua dele. É uma obviedade. É muito mais rápido, mais ágil para as famílias receberem. Com relação ao projeto que trata do IPTU, o governo libera dois meses. O governo libera somente dois meses o pagamento da prestação do IPTU. Isso tem que ser anual! Tem que ser anual! Não tem como a família receber somente a isenção por dois meses na sua prestação. E para quem já pagou e foi atingido? Tem que haver uma modificação que atinja todas as famílias nas regiões que sofreram com essa enchente. Nós percebemos também que o governo não tem a sensibilidade - falou, mas não tem -, porque deveria estar aqui o projeto de lei para as famílias que estão abrigando alguém de receberem algo dessa natureza, ou um valor, ou uma cesta básica. Não se sabe quando vão voltar. Será que são

só mais 30 dias? Acho que não; é muito mais. Portanto, tem que haver a sensibilidade de parte do governo nesse sentido de poder contemplar, Ver. Robaina, as famílias que também estão acolhendo cidadãos e cidadãs – que não são poucos. São mais que o triplo daqueles que estão em albergues. Se albergadas são 13 mil, 14 mil pessoas, tem mais de 60 mil pessoas na casa dos cidadãos aguardando para retornar e não têm sequer um recurso, inclusive para fazer a limpeza, ou apenas esse recurso para comprar os seus eletrodomésticos. Pessoal, tem que ampliar esses benefícios. Temos que mostrar que Porto Alegre, de fato, está interessada em não só ser solidária com essas pessoas que reclamam lá que as bombas ainda não estão em funcionamento, mas operar de fato é importante. Operar de fato – parece que é isso que não está acontecendo. O Presidente do DMAE disse que não tem ainda a possibilidade de atendê-los, mas o governo continua com os R\$ 430 milhões aplicados. É possível, sim, fazer uma operação urgente para poder acolher e resolver os problemas ou as demandas para as quais os cidadãos estão conclamando a presença do poder público para resolver. Muito obrigado.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, uma questão de esclarecimento. Eu estou muito preocupado pelo seguinte, nós todos estamos insistindo na importância do pagamento dos R\$ 5,1 mil. E, durante as sessões da Câmara, inclusive na última reunião, quando estavam vários secretários do governo municipal nós discutíamos como que seria realizado o processo de aceleração desse pagamento. Bem, eu estou muito preocupado pelo seguinte: eu tenho recebido informações de que as pessoas estão se inscrevendo no *site* da Prefeitura e não estão conseguindo se inscrever no *site* do governo federal. O Ver. Eng.º Comassetto conhece bem esse mecanismo também. Gostaria de esclarecer esse assunto, mas, com o esclarecimento do Comassetto, nós vamos necessitar, – como o senhor vai perceber – que a Prefeitura nos esclareça o que ela está fazendo. Porque as informações que nós temos é de que a Prefeitura não tem mandado as informações para o governo federal fazer o pagamento dos R\$ 5,1 mil. Ver. Comassetto...

Vereador Eng.º Comassetto (PT): Obrigado, líder Robaina. Quero dialogar aqui com o líder Cecchim e com o governo que está aqui. Neste momento, tem 56 mil pessoas cadastradas na Prefeitura de Porto Alegre. Agora a Prefeitura de Porto Alegre tem que remeter para o sistema do governo federal para que eles possam acessar e, até o momento, isso não foi remetido. Em Canoas, as pessoas já estão recebendo porque esse processo já andou então nós precisamos aqui, conjuntamente, resolver isso. Porque muitas cidades já estão recebendo os R\$ 5,1 mil. Mas agenda quem tem que fazer é a Prefeitura. Fazer o georreferenciamento de onde as famílias foram alagadas, fazer o seu cadastramento, e a Prefeitura dá o clique de o.k. Ele entra no .gov e faz o encaminhamento para receber. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Vou aproveitar o questionamento dos colegas. Até na Rádio Gaúcha está passando que 44 mil famílias estão habilitadas a receber auxílio-reconstrução no Rio Grande do Sul. Saiba qual é o próximo passo: a Prefeitura está entregando 44 mil pessoas habilitadas.

Vereador Eng.º Comassetto (PT): Bem, então, vejam só as *fake news* que foram faladas no microfone que o governo não estava pagando. Se o governo recebeu lá, paga. Então isso que o Ver. Cecchim traz aqui a primeira leva está indo agora. E, desses 44 mil, já tem 56 mil, então já tem mais 12 mil inscritos após isso. Muito obrigado.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Presidente, é público; o Brasil, o mundo sabe onde houve enchente na cidade de Porto Alegre. O governo federal, em vez de usar o georreferenciamento para agilizar o recurso para as pessoas – e não é a história que o engenheiro disse. O Fundo de Garantia até hoje as pessoas não conseguiram retirar, porque é uma burocracia. É a realidade, é uma burocracia! Está liberado, mas ninguém consegue tirar, tamanha burocracia para acessar as plataformas do governo. Então tem que ter um olhar, é isso o que nós estamos pedindo. Ninguém está dizendo que não vai existir, que não tem; agora; tem que ter um olhar diferenciado em função das pessoas porque muitas nem documentos têm e precisam preencher uma burocracia imensa e isso não está acontecendo nem na liberação do Fundo de Garantia.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Quero reforçar esse argumento apenas para dizer o seguinte: várias centrais sindicais perceberam – os sindicatos também – que hoje é o dia em que começam as demissões. Hoje. Por quê? Porque hoje as pessoas tinham que voltar ao trabalho e sair dos abrigos, Janta, e não tem nem roupa para ir trabalhar. E começam as demissões hoje, então isso é urgente, é absolutamente urgente.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mauro, eu acho que era importante seguinte de acordo com a reunião que nós fizemos. Nós fizemos um apelo ao governo municipal, que o governo municipal encaminhasse junto ao governo federal o que deveria ser feito para que o pagamento dos R\$ 5,1 mil fosse realizado rapidamente. Nós, inclusive, falamos sobre o georreferenciamento que as pessoas... Obviamente é um assunto muito abstrato, mas concretamente as pessoas moram em determinados lugares, se sabe em que lugares ocorreu a enchente; as pessoas que moram nesses lugares têm direito de receber os R\$ 5,1 mil; essa é a definição. Mas é preciso que a Prefeitura faça a demanda ao governo federal ou a Câmara então eu não sei se a Prefeitura fez. Mas eu acho que cabe à Câmara fazer essa demanda para que seja executado dessa forma e que não se tenha o jogo de empurra-empurra em relação ao pagamento de R\$

5,1 mil. Porque eu recebi a denúncia de que as pessoas que se cadastraram na Prefeitura não estavam conseguindo entrar no *site* do governo federal. E a resposta do *site* do governo federal é de que a Prefeitura não havia enviado o cadastro das pessoas que se inscreveram na Prefeitura. Isso não pode, não pode a Prefeitura não enviar o cadastro, muito menos as pessoas ficarem sem receber por um jogo de empurra-empurra. Então eu acho que a Câmara poderia fazer uma nota, uma moção, uma resolução demandando que esse problema seja resolvido rapidamente. Primeiro, a explicação sobre isso, tanto do governo municipal, quanto do governo federal, e que os R\$ 5,1 mil sejam pagos imediatamente. Obrigado.

Vereador Eng.º Comassetto (PT): Ainda ajudando no esclarecimento – e não podemos confundir alhos com bugalhos – nesse momento, nós estamos tratando dos R\$ 5,1 mil do governo federal que já estão disponíveis para repassar. Qual é o trâmite? É uma parceria do governo federal com todos os municípios porque os municípios conhecem as comunidades, sabem o que alagou; se deixar em aberto para se cadastrar, se cadastra todo mundo. Então essa é uma tarefa para o município realizar o cadastramento. Sabemos que, nesse momento tem 56 mil cadastrados no município – o Ver. Cecchim diz que o município já liberou para 44 mil – então esse é o procedimento. E é óbvio que ele se cadastra na Prefeitura entra no gov; se a prefeitura não o autorizou a receber, ele não está no gov. Então o primeiro passo, a porta de entrada é a Prefeitura Municipal de Porto Alegre cadastrar e lançar para o gov.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Muito obrigado. O Ver. Idenir Cecchim está inscrito para uma Comunicação de Líder.
O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Ainda um pouquinho antes, Presidente. É o seguinte, Ver. Comassetto, a questão do cadastro é muito complexa. É um elemento a mais de burocracia, a Câmara tem que ter um posicionamento, sim, a Câmara discutiu na última sessão o georreferenciamento. E alguém diz assim: “Ah, mas são 50 mil, e 2 mil ou 3 mil que não mereciam vão ganhar”. Eu prefiro pagar para 2 mil ou para 3 mil que não mereciam do que não pagar para os 50 mil que estão precisando. Então a questão de cadastro é muito complexa. Tem que pagar imediatamente. “Ah o georreferenciamento...” Ou alguém tem dúvida de que quem mora no Humaitá está precisando? Não há dúvida. Agora o cadastro, nossa! Nós vamos ter mortes antes, mortes.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Giovanni Culau está com a palavra.

Vereador Giovanni Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente Mauro; Ver. Robaina, líder da oposição; Ver. Cecchim, é importante que nós leiamos as matérias para além das manchetes. A matéria da Zero Hora citada agora diz o seguinte: “O

governo federal liberou o pagamento de auxílio de R\$ 5.100,00 para mais de 44.000 famílias atingidas pelo desastre climático no Rio Grande do Sul. Quase todos os beneficiados são de Canoas.” A matéria divulgada pela Prefeitura de Porto Alegre, ainda pela manhã, se refere a 56 mil cadastros de Porto Alegre. E, até meio-dia, nenhum cadastro havia sido enviado ao governo federal. Então reafirmo que esse é um tema não resolvido e chamo a atenção do governo que tem suas representações aqui e também da sua base aliada.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, só para informação, a Prefeitura cadastrou o seguinte site, tudo em minúsculo: prefeituradeportoalegre.branet.com.br. Algum cidadão que esteja nos assistindo tem que entrar ali.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente Mauro, o que nós estamos vendo de valores aqui, a situação está resolvida! É impressionante! O dinheiro que tem que vir do governo federal para o povo gaúcho não é empréstimo, tem que vir a fundo perdido, ou seja, distribuído devido à excepcionalidade do Rio Grande do Sul. Não adianta só prometer. Nós estamos só nas promessas. Pelo que já chegou, que nunca chega, nós teríamos resolvido todo o problema do nosso Estado. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não venho à tribuna para discussão sobre os temas que aqui foram discutidos hoje. Eu quero fazer uma proposta aos colegas vereadores. Sou presidente da CCJ, e eu queria propor que todos nós fizéssemos um mutirão agora e fizéssemos a conjunta por assinatura. Acho que isso facilita, nós ganharemos tempo e poderemos fazer as votações. Conversei com o líder da oposição, que também está de acordo. Então vamos fazer essa conjunta por assinatura. Sr. Diretor Legislativo, é possível? (Pausa.) Então vamos fazer isso. Eu peço às lideranças e aos colegas vereadores que otimizem essas assinaturas, que facilitem, que sejam rápidos, para deixarmos tudo pronto no dia de hoje. Conjunta por assinatura, estamos de acordo? Eu paro de falar. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Cecchim, acho que nós já podemos fazer o acordo. Faço o requerimento para os vereadores aprovarem, vamos fazer por assinatura, então na quarta-feira os projetos estarão prontos e votaremos na quarta-feira próxima. Pode ser quarta-feira? Colocamos outros projetos em votação...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, quero fazer uma pergunta aos colegas: se na quarta-feira nós poderíamos entrar direto na Ordem do Dia? (Pausa.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Só quero registrar que não há acordo quanto a abrir mão do tempo de liderança. Não há acordo quanto a isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores que nos assistem, vou falar quatro pontos aqui, em nome da oposição, agradecendo ao líder, Ver. Roberto Robaina. O primeiro deles é sobre esse tema do pagamento dos R\$ 5,1 mil. Como já dissemos há poucos minutos, Porto Alegre só não recebeu, porque a Prefeitura ainda não lançou o cadastro no sistema. Portanto, tudo que foi dito aqui sobre o governo federal não estar pagando, não é verdade. O Coronel André acabou de ligar para nós dizendo que serão lançados hoje em torno de 50 mil para receber; os 44 mil que receberam foram de Canoas, porque já lançaram. O primeiro ponto é este, já está esclarecido.

Segundo ponto: eu queria chamar atenção do secretário Schirmer, de todos aqui, e do secretário Cassio, bem como do líder do governo, o prezado Ver. Cecchim, o que recebi há pouco, sobre o dique da Zona Norte. Tem duas rupturas lá no dique da Zona Norte. Uma menor, de 6 metros, mais ou menos, e uma maior, de 30 metros – no Sarandi. E outras partes do dique estão correndo o risco de serem levadas, e essas margens do dique, mesmo em cima, estão todas ocupadas, e as pessoas estão dentro de casa. A sugestão aqui, neste momento, é comunicar isso à Defesa Civil, para, se for o caso, remover essas famílias de lá antes que possa acontecer um desastre maior do que este que ainda estamos.

Dito isso, eu queria aqui me referir a dois documentos que se tornaram públicos nos outros dias. Primeiro, um documento dos engenheiros, que eu fui signatário também, com muito prazer e muito orgulho, e quero dizer que, como único vereador engenheiro, assinei o documento e fiz uma homenagem pública lá no Senge ao colega João Antônio Dib, porque, se ele tivesse aqui, estaria assinando o documento. A síntese do documento é a seguinte: o nosso sistema de proteção contra as cheias é eficiente e robusto, desde que tenha sido feita a manutenção. E por que que não foi feita a manutenção? Não são 13 prefeitos que não fizeram, são os últimos dois prefeitos. No governo do prefeito Marchezan, quando o Ramiro Rosário era secretário de serviços, extinguiu o DEP e perdeu R\$ 124 milhões para fazer a manutenção do sistema de proteção. Isso tem que ser dito, porque era dinheiro público a fundo perdido que foi devolvido para o governo federal, porque os projetos não foram apresentados. Depois disso, aqui foi votado, nesta Casa, em 2016 ou 2017, a extinção do DEP, e o Ramiro Rosário botou na rede uma *fake news* dizendo que os vereadores do PT votaram a favor da extinção do DEP; é mentira. Aqui está, nas atas desta Casa: nós defendemos

sempre o DEP, como defendemos o DMAE contra a sua privatização, que agora acho que não sai mais, porque tem que recuperar. Então nós temos que dizer isso com muita tranquilidade e tem que ter sinceridade, vereador que mente não merece ser reeleito.

Digo isso porque também quero aqui ler uma carta, neste minuto que falta, Sr. Presidente, assinada pelos ex-prefeitos (Lê.): “Nós, ex-prefeitos da capital do Rio Grande, queremos manifestar a nossa integral solidariedade à todas as famílias atingidas direta ou indiretamente pela catástrofe climática que abala Porto Alegre. A situação dramática que foi agravada pela falta de reparos e de manutenção dos aparatos de proteção da cidade, pela desorganização técnica e institucional dos seus serviços. Através da presente declaração, igualmente manifestamos o nosso integral apoio aos engenheiros, ambientalistas, técnicos, acadêmicos e demais peritos que firmaram uma carta pública para a cidade e para o Estado, mostrando claramente os efeitos do descaso da atual administração com a manutenção das casas de bombas e o sistema de proteção das cheias, integrado pelo Muro da Mauá e pelos diques de contenção. Compartilhamos também, os referidos firmatários da carta, da sua crítica a indiferenças demonstradas pelo prefeito atual em relação aos alertas do competente corpo técnico do DMAE, que registrou claramente a possibilidade de ocorrência da catástrofe. Manifestamos finalmente a nossa indignação com as respostas públicas oferecidas à imprensa pela administração da capital, tentando diluir suas responsabilidades pelo agravamento da tragédia”. Assinam os ex-prefeitos Alceu de Deus Collares, Olívio Dutra, Raul Pont, Tarso Genro e José Fortunati. Só quem não assina é o Marchezan e o atual prefeito Melo. Este é o documento. Quando é dito que a responsabilidade é de todos os prefeitos, está aqui o documento público, neste momento, para que possamos analisar e discutir. Muito obrigado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Eu acho que no caso do Fortunati é uma confissão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Nós não temos mais nenhum inscrito em liderança. Encerramos a sessão extraordinária. Já está aberto o bloco de assinaturas para a conjunta, os vereadores já podem assinar, e quarta-feira retornamos à nossa sessão plenária. Muito obrigado a todos. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h42min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *